

A crise contemporânea sob uma perspectiva socioespacial: a geografia das desigualdades recrudescidas na América Latina

The contemporary crisis under a sociospatial perspective: the geography of the recrudesced inequalities in Latin America

Ulysses da Cunha Baggio¹

RESUMO: O trabalho busca analisar a crise atual como uma expressão da própria globalização, entendida como crise deflagrada com o esgotamento do fordismo-keynesianismo, conduzindo, assim, à formação e difusão geográfica de um novo padrão de acumulação, qualificado como acumulação flexível. O dinamismo engendrado pela crise impulsiona o processo de globalização ao mesmo passo que o redimensiona, trazendo importantes mudanças no processo social e territorial, variáveis que, sobretudo sob as condições atuais, operam de forma indissociável. Daí poder-se falar de uma geograficidade da crise, com maior destaque de sua projeção na América Latina.

ABSTRACT: The work searches for analyzing the current crisis as an expression of the globalization itself, understood as crisis triggered with the exhaustion of fordism-keynesianism, leading, thus, to the formation and geographic diffusion of a new standard of accumulation, qualified as flexible accumulation in this work. The dynamism produced by the crisis stimulates the globalization process and also resizes it, bringing important changes in the social and territorial process, variables that, above all under the current conditions, they operate of inseparable form. Thereof it can be discussed about a geographicity of the crisis, with bigger prominence of its projection in Latin America.

PALAVRAS-CHAVE: Crise. Globalização. Reestruturação espacial. Oposição degradante. América Latina.

KEYWORDS: Crisis. Globalization. Spatial restructuring. Degrading opposition. Latin America.

I. INTRODUÇÃO

O mundo atual, sob os influxos da globalização capitalista, experimenta ampla

¹ Professor do Departamento de Geografia da UFV. E-mail: ulybaggio@ufv.br

e profunda mercantilização, que recobre os territórios em diferentes escalas e, desse modo, o processo social, em que pesem as dinâmicas atuais de urbanização impulsionadas sob a lógica do capital e do mercado, que impõem, entre outros aspectos, grandes desafios ao planejamento das cidades e à reprodução social.

Trata-se de uma efetiva reestruturação técnica e produtiva fortemente impulsionada por uma nova fase de crise na economia mundial, que emerge em fins dos anos 60 e início dos 70, com o esgotamento do fordismo-keynesianismo e o advento de um novo paradigma do capitalismo, que David Harvey (1992) designa de “acumulação flexível”, processo que ele compreende como uma “transição” de paradigmas. Tal reestruturação se apoia num amplo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que se correlaciona estreitamente com a emergência desse novo padrão de acumulação e regulamentação social e política. Sob um espetacular desenvolvimento das forças produtivas, da internacionalização de mercados e de novas formas de organização transnacional da produção, consolida-se o “mundo da mercadoria”, aí incluído o próprio espaço, cada vez mais submetido aos circuitos de valorização econômica.

Dessa forma, a dinâmica histórica do modo de produção capitalista potencializou-se de tal maneira a ponto de estabelecer uma assincronia entre a esfera econômica e a política, com a prevalência da primeira, que impõe a proeminência do valor de troca nas relações sociais, lançando a base econômica do processo social a um papel de comando. O domínio pelo econômico, bem entendido, significa que

[...] as estruturas e superestruturas organizam as relações de produção (o que em nada exclui os atrasos, os distanciamentos e as disparidades). Os próprios conflitos se devem às relações de produção. Apesar de haver nessa sociedade uma coerência (sem a qual ela cairia em pedaços, ou melhor, sem a qual ela não poderia ter-se formado), apesar da coesão interna, sem chegar a suprimir as contradições, conseguir atenuá-las, protelar os efeitos, há “modo de produção” e mesmo “sistema”. A riqueza das sociedades nas quais reina o modo de produção capitalista se anuncia como uma imensa acumulação de mercadorias. (LEFEBVRE, 1999, p. 112).

O cenário que ora parece afirmar-se sob esta condição é de um descompasso entre, de um lado, as transformações econômicas e sociais realizadas nas escalas do nacional e do internacional e, de outro, as instituições que deveriam ordená-las, o que inequivocamente impõe perturbações entre estas duas instâncias, pressionadas por demandas de regulação.

2. A GEOGRAFICIDADE DA CRISE

Contudo, é preciso esclarecer que a dualidade entre o econômico e o político não existe, de fato, uma vez que o econômico se objetiva por relações sociais, não havendo, em realidade, cisão entre eles, mas mais propriamente uma relação

dialética de dupla determinação. Nesse sentido, a assincronia e o descompasso aludidos significariam mais propriamente certa imposição da racionalidade do mercado — tornado mundial — sobre o processo político e, nesse sentido, da exacerbação de uma dimensão mercantil e contábil da vida, que recobre as relações sociais, logo do próprio território. A proeminência do econômico, que também comporta uma cultura, implica um movimento de imposição do valor de troca nas relações sociais, que submete, assim, o uso e o valor de uso. Isto significa a formação de um conflito, de uma oposição antiética entre troca e uso, que para além de sua identificação teórica, feita por Marx n’*O Capital*, objetiva-se agora no mundo prático-sensível, portanto, ao próprio território, incorporando-se a eles. Desse modo, esse conflito se tornou um dado da realidade objetiva, empiricamente reconhecível, sobretudo sob os padrões da urbanização contemporânea e suas correlatas e diversificadas formas de apropriação privada do espaço. Esse maior crescimento dos níveis de apropriação privada do espaço pelo capital tem conduzido à retração do espaço público nas cidades ao mesmo passo que acen-tua as desigualdades e segregações socioespaciais, com maior contundência nas áreas metropolitanas. Desigualdade e segregação que estão na base da geração da violência urbana, pois geradora de formas de inserção precária e exclusão social na cidade, sob a marca do desemprego e subemprego, precarização das condições de trabalho, baixos salários e sistema educacional deficiente.

O capitalismo globalizado, sob os influxos de uma expandida financeirização da economia, indubitavelmente encontra na apropriação do espaço um suporte robusto à sua sustentação e realização, e até mesmo de sua própria sobrevivência. Chame-se a atenção para os vultosos aportes de capital financeiro no mercado imobiliário metropolitano, o que sinaliza uma mudança de orientação quanto ao destino das aplicações — anteriormente maiores na indústria — para esse setor. Região mais urbanizada no âmbito da periferia e semiperiferia do espaço mundial, destacam-se na América Latina os casos de São Paulo e cidade do México, entre outros.

Diante disso, poder-se-ia então falar de uma geografia ou mesmo de uma geograficidade da crise capitalista, na qual o capital financeiro — em vertiginosa expansão sob os influxos da própria crise — encontra no espaço e, sobretudo, na metrópole seu lócus privilegiado e preferencial de realização e reprodução, com a criação crescente de lugares na cidade a esta realização. Essa mobilização territorial do capital financeiro tem conduzido grandes transformações nas áreas centrais, que assim se expandem e se reorganizam, impulsionando a criação de novas centralidades, com novos serviços e funções. Isso faz precipitar a valorização econômica dessas áreas, inviabilizando, em grande medida, a permanência de segmentos sociais de menor renda com o aumento dos custos locacionais advindos. A essa dinâmica de substituição progressiva desses segmentos sociais por outros, de maior poder aquisitivo, dá-se o nome de “gentrificação”, conceito criado pela socióloga Ruth Glass em 1964, ao analisar certas transformações que vinham ocorrendo em bairros operários de Londres. Esse conceito tem ganhado

importância em estudos urbanos atuais em diversas áreas.

A gentrificação tem deflagrado mudanças sociais e morfológicas nas áreas urbanas de sua incidência, precipitando conflitos de classes, mais especificamente entre uma nova classe média, mais abastada, que gradativamente se instala, e a decorrente expulsão tanto de segmentos pioneiros, que atuaram na formação dessas áreas, bem como de trabalhadores de menor renda. Opera decisivamente para essa expulsão o aumento da renda da terra cobrada pelos proprietários, que é desencadeado por operações urbanas coordenadas pelo Estado, não raro sob o manto da cultura, tais como ações de revitalização de áreas centrais. Tal elevação da renda da terra se dá assim sob uma nova e mais valorizada base de edificações (reabilitadas, modificadas ou mesmo substituídas por outras mais “modernas”) e funções, o que leva à expulsão/substituição, criando-se, desse modo, um ciclo de invasão e sucessão sob os imperativos do capital. É sob a ação do capital financeiro que a terra-mercadoria se converte progressivamente em capital imobiliário, recolocando em novas bases a relação do capital financeiro com a indústria, a qual responde pela produção mais imediata da cidade.

Assim, essa dinâmica põe em evidência transformações e reestruturas importantes que marcam a urbanização capitalista na contemporaneidade, fortemente condicionada pela crise atual, de égide financeira. Ela encontra no espaço e na produção do espaço, se não o principal, um dos seus principais fatores de reação, conformando, desse modo, uma base poderosa de sustentação ao próprio capitalismo. Jamais o capital se mostrou tão enraizado e dependente do território, o que deve servir de alerta aos adeptos do discurso fácil da desterritorialização.

A redefinição das relações entre as economias nacionais fundamentadas na centralidade do estado-nação impõe uma dupla condição, a retração da sua capacidade decisória e a perda da sua centralidade como ator internacional, em que pese o poderio alcançado por grandes empresas privadas, como bancos e instituições financeiras, indústrias da construção civil, incorporadoras imobiliárias, entre outras. Mas isso não significa a desapareição ou a supressão dos estados nacionais, mas mais propriamente de certo descenso deles como centros de poder, mostrando-se, assim, um ator insuficiente para tratar e dar cabo dos grandes e complexos problemas da globalização, o que nos leva a reconhecer a importância crescente adquirida por ações e práticas sociais complementares à sua atuação. Desse modo, essa condição de fragilidade do estado-nação encontra no poderio alcançado pelo capital financeiro um ingrediente de peso, haja vista a enorme movimentação de fluxos vultosos de “dinheiro virtual”, sem que haja, no entanto, instituições capazes de regulá-los, o que, seguramente, vulnerabiliza as economias “nacionais”, impactando a chamada “economia real” e, desse modo, o território.

A hiper mobilidade adquirida pelo capital financeiro na economia global, favorecida pela desregulamentação financeira, conduziu à mundialização do dólar e de outras moedas fortes, como o euro, mais recentemente, bem como a um enorme desenvolvimento dos fundos de pensão (de empresas, grupos, corporações

e indivíduos), lançando no mercado quantias volumosas de dinheiro para fins de especulação e valorização. Não sem razão François Chesnais (1996) assinala que a globalização econômica em curso se torna essencialmente de égide financeira, pela qual se produz e se difunde uma forma de dinheiro que não é capital, mas tão somente dinheiro, originado, sobretudo, da poupança graúda dos países mais ricos. Esse processo alcança sua maturidade a partir dos anos 90, desembocando na revolução da telemática e num acelerado desenvolvimento da ciência e da tecnologia, aspectos fundamentais à consolidação do capitalismo técnico-científico informacional. Levando-se em conta que boa parte das inovações se dá nos países mais ricos, mobilizando um grupo seletivo de grandes empresas (empresas globais ou transnacionais) situadas no topo da mega-acumulação do capital no mundo, isso significa a imposição de uma hierarquia explícita no âmbito das relações de poder a escala mundial, encabeçada pelos países mais ricos, representando, assim, uma enorme centralização geográfica do capital. Isso impõe restrições e dificuldades aos países mais pobres, dado que os níveis de competitividade se tornam crescentes, precipitando tensões e conflitos diversos, que matizam a geopolítica da globalização atual.

Considerando que esse processo avança sob vetores de coesão (associações entre empresas, acordos de cooperação econômica, formação de blocos regionais etc.) e de fragmentação (fragmentação da cadeia produtiva, fracionamento do território pela generalização de apropriações privadas, retalhamento do tecido urbano etc.), ele não só revoga a ideia simplista e reducionista de uma suposta homogeneização do espaço, como não autorizaria generalizações apresadas acerca de suas implicações no processo social, portanto, territorial. Não haveria, assim, oposição entre estes vetores, variáveis de um mesmo processo histórico, mas mais propriamente uma relação de complementaridade, dado que a globalização avança com a fragmentação, objetivando-se nos lugares seletiva e contraditoriamente, entabulando disparidades cada vez mais pronunciadas.

Essa dinâmica também açula forças de caráter reativo nas sociedades e comunidades, com resistências e insurgências de traços e motivações diversos, recobrando lutas por melhores salários e condições de trabalho, reivindicações de ordem infraestrutural, preservação ambiental, direitos humanos, democracia, entre outros. De modo geral, essas ações se originam em conformações socioespaciais com traços sensíveis de negatividade, que constroem a existência e a reprodução social, traços que parecem se firmar na geograficidade capitalista. Há que se levar em conta na profusão desses movimentos sociais, sobretudo em regiões periféricas — caso da América Latina — a insuficiência de políticas públicas quanto à geração de renda e melhor distribuição da riqueza, havendo grande dificuldade de garantir a toda a população os valores de uso coletivo urbanos básicos, como habitação, transporte, entre outros.

3. REESTRUTURAÇÃO E SEGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, mais especificamente, a espacialidade da crise se mostra uma expressiva reestruturação espacial, recobrando tanto a cidade como o campo, que se manifesta, grosso modo, por dinâmicas de profunda fragmentação, diferenciação e segregação socioespaciais. Os impactos do novo padrão de acumulação em curso — que se inscreve sob a crise contemporânea — têm levado o Estado e, mais especificamente, as suas formas de gestão e planificação urbanas a uma forma de concepção e tratamento da cidade, sobretudo, como um negócio, como uma mercadoria, com intervenções conduzidas em moldes empresariais, de modo a torná-la competitiva e atrativa à captação de investimentos e recursos, operações estas que se dão sob a perspectiva da maior capitalização possível, ainda que, na maioria das vezes, essa orientação não tenha contrapartidas em termos de desenvolvimento social e ambiental.

Essa orientação, não raro, se apresenta sob o manto ideológico da sustentabilidade, a nova roupagem midiática dos grandes empreendimentos empresariais urbanos, tais como os condomínios fechados verticais e horizontais de periferia. São formas urbanas que vêm proliferando em grandes cidades do Brasil e da América Latina, de modo geral, mas que progressivamente também se desenvolvem em cidades médias e mesmo pequenas. Elas representam um urbanismo de enclaves, uma forma de apropriação da cidade de caráter segregacionista e excludente, impondo, nesse sentido, fronteiras, limites, muros e sistemas de monitoramento. A passos largos, estas estruturas espaciais compõem o que poderíamos designar de uma efetiva geografia do fechamento urbano, que comporta plenamente o sentido da anticidade, ou talvez da morte da cidade. Esta geografia se configura por políticas e operações do Estado, articuladas aos interesses e demandas de frações hegemônicas do capital da economia metropolitana, voltadas a um pretenso desenvolvimento urbano. Forma de desenvolvimento que nega a dimensão pública e política da cidade, engendrando degradações, tensões e uma condição de mal-estar permanente ao plano da vida cotidiana. O desenvolvimento da anticidade impõe, seguramente, importantes desafios aos movimentos sociais e às formas de gestão urbana alternativas, que se pretendem social e ambientalmente responsáveis. Tais formas respondem a uma condição social e econômica matizada pela violência, medo, desconfiança generalizada, insegurança. Aspectos da crise capitalista em curso, eles marcam e condicionam a arquitetura urbana contemporânea. É nesse sentido que, em condições de plena urbanização, os negócios em torno do solo urbano fazem da cidade um alvo preferencial para grandes empreendimentos, tornando-a um ambiente privilegiado de produção e reprodução do capital, o que vale dizer que ela se conforma, bem mais que antes, como um espaço de geração de valor, condição que — sob os vetores da globalização atual — se generaliza pelos lugares.

Essa dinâmica define uma tendência que se afirma na contemporaneidade por uma robusta privatização de serviços urbanos e sociais, impulsionando práticas diversas de acumulação privada do capital, o que amplia processos de segregação e fragmentação da cidade, tornando-a crescentemente fraturada,

instável e turbulenta, com níveis elevados de desemprego e violência urbana, que assistem ao crescimento de um “Estado paralelo”, controlado pelo narcotráfico e outros grupos criminosos, como bem o demonstram, por exemplo, os casos de Bogotá e Rio de Janeiro, entre outras. Um olhar mais atento às cidades latino-americanas permite facilmente essa constatação.

Esse estado de coisas demarca, portanto, uma geograficidade da crise, que expõe, entre outros aspectos, a impossibilidade do direito à cidade a um número crescente de pessoas. Tratar-se-ia, mais propriamente, de uma urbanização crítica, ou seja, da impossibilidade do urbano para todos: um urbano que se forma pela negatividade do trabalho, o trabalho não como atividade criadora, como fonte viva do valor, mas como miséria absoluta, trabalho, ainda, que não se mostra necessariamente como atividade produtiva. Ao plano político, a tirania do capital leva a uma forma de democracia restrita e de cidadania caricatural, com relações sociais mediadas pelo dinheiro e conformadas pela ideologia do fetichismo da mercadoria que as alimenta. Sob essa condição, as subjetividades são profusamente invadidas e modeladas, relegando-se aos pobres, sobretudo, a reza, que, a passos largos, vai assumindo o lugar da política, o que parece sinalizar mudanças na natureza do Estado e no seu caráter provedor, que se mostra na encruzilhada do mercado e da democracia, sob forte dinamismo do primeiro. Ao mesmo tempo, a todos nós, dessa sociedade, o que se tem é uma forma de vida racionalizada e esvaziada de maiores perspectivas e sentido, que se consubstancia como espetáculo sob o reino do consumismo desenfreado. Mas, como já observado, há práticas que sinalizam para a busca de outras vias e condições.

Esse novo cenário de organização da economia capitalista, com grandes reverberações no processo social, carrega, indubitavelmente, o sentido da crise, crise esta que não significa, necessariamente, ruptura. Invariavelmente, como melhor se pode perceber, ela mantém estreitas relações com o território, impondo-lhe novos arranjos, mais adaptados aos reclamos dos vetores hegemônicos do novo padrão de acumulação, em expansão. Há, portanto, uma estreita articulação entre a reestruturação capitalista em curso e a espacialização, o que, de acordo com Soja (1993), significa uma tentativa do capitalismo de ajustar, reativamente, suas matrizes temporais e espaciais, mais evidenciada nos países de industrialização originária, mas também, e de forma crescente, nas regiões periféricas do sistema-mundo, dentre as quais a América Latina.

Como uma manifestação da globalização atual, essa crise se expressa também como crise do trabalho e do mundo do trabalho, levando à ampliação dos níveis de informalidade na economia e à flexibilização institucionalizada do trabalho, pressionando sensivelmente a reprodução social. Sob esta condição, crescem os contingentes de trabalhadores de baixa renda, pressionados pela necessidade do acúmulo e sobreposição de atividades, muitas delas em circuitos não propriamente capitalistas. Ela conduz à formação de novos arranjos espaciais, com o desenvolvimento de uma crescente fragmentação e segmentação da cadeia produtiva no território, conferindo-lhe, assim, especializações funcionais. Ao

mesmo passo ela impulsiona uma maior expansão e complexidade nas dinâmicas urbanas sob a lógica da geração de valor, envolvendo, dessa forma, tanto reapropriações de espaços nas áreas centrais, que se elitizam, como conformações suburbanas, dinâmica essa marcadamente contraditória e desigual.

A profusão de expressões díspares anuncia um cenário marcado por uma oposição socioespacial degradante e degradada, traço que parece se firmar como uma tendência na urbanização atual da América Latina e do Brasil, sobretudo em seus espaços metropolitanos. Ela recobre, no âmbito do mercado, uma efetiva dualização entre atividades mais avançadas e tecnificadas — de renda elevada, dotadas de maior estabilidade — e um segmento com aspectos inversos. Não se trataria propriamente da formação de uma dualidade integrada, mas de uma unidade contraditória que se inscreve na lógica de realização do processo capitalista, precipuamente sob os condicionantes e as determinações da crise.

Constitui-se, dessa forma, um mercado de trabalho marcadamente segmentado, que expõe uma expressiva polarização social, sobre a qual as funções reguladoras e assistenciais do Estado se retraem, ao mesmo passo que se amplia a flexibilização das relações de trabalho e, desse modo, da própria relação salarial. Sob esta condição, aumentam os níveis de informalidade da economia, impondo uma maior precarização ao mercado de trabalho, aspecto fundamental da polarização social aludida.

Assim, a espacialidade da crise avança com a proliferação de verdadeiros guetos urbanos. De um lado, formas autocentradas, efetivas estruturas autistas, representadas pelos condomínios fechados horizontais e verticais para segmentos sociais de alta renda; de outro, parte das favelas e zonas de moradias autoconstruídas. Esse cenário espacialmente desigual e contraditório evidencia-se por uma maior aproximação geográfica entre pobreza e riqueza, postos lado a lado, aspecto que seguramente representa uma nova característica à paisagem urbana metropolitana, cuja conformação se mostra mais tensa e explosiva. O desenvolvimento dessas expressões contraditórias reflete o aprofundamento da polarização social — logo, socioespacial — que avança sob a crise atual.

Como já observado, essa situação não se restringe aos grandes centros urbanos, recobrando outras escalas urbanas, como se pode perceber em cidades médias, que se expandem. Esse dinamismo é fortemente impulsionado pela crise das economias de aglomeração e, de forma associada, da chamada “involução metropolitana”, que envolve a desconcentração de atividades bem como a retração de seu crescimento populacional. Esse fenômeno impõe um menor crescimento das metrópoles em relação ao de suas respectivas regiões, como se pode constatar no caso de São Paulo.

Essa dinâmica socioespacial implica maior espraiamento da urbanização, sobretudo dos grandes centros, que se conformam como verdadeiros arquipélagos, em que pese o vertiginoso crescimento da indústria automobilística e, desse modo, a generalização do uso do automóvel. Essa conformação geograficamente estendida recobre um maior crescimento de cidades médias,

que vão se consolidando como subcentros da dinâmica de acumulação do capital. Inequivocamente, esta conformação urbana se mostra mais extensiva e complexa, redefinindo a divisão territorial do trabalho e as funcionalidades da cidade, impondo grandes desafios e dificuldades ao planejamento urbano, aos movimentos sociais, nessa que se tornou uma expressão geográfica de complicada identificação e delimitação. A ideia de um grande mosaico é a imagem que melhor se adapta a ela.

Na América Latina, essa tendência se firma sob o robusto aparato ideológico do pensamento único, que enaltece o mercado e promove a apologia do dinheiro, propugnando uma forma de vida cada vez mais racionalizada. Contraditoriamente, ela se debate com um crescente número de trabalhadores empobrecidos e inconformados, metamorfoseados em verdadeiras peças reificadas do moderno sistema mundial produtor de mercadorias.

No subcontinente latino-americano, essa dinâmica contraditória evidencia algumas características comuns, entre as quais se podem destacar a desvalorização do trabalho — aspecto que está na raiz da pobreza — uma avassaladora apropriação privada do espaço e a difusão desigual de um meio técnico-científico-informacional, que se produz sob os imperativos e demandas do sistema atual. O poder público opera mais propriamente como um coadjuvante nesse processo, tornando-se um efetivo porta-voz das grandes corporações transnacionais, com atuações crescentes em projetos de integração política, econômica e territorial, o que coloca o subcontinente nas novas escalas da globalização contemporânea. Obras de infraestrutura, produções globais, mercados comuns, zonas francas etc. colocam a América Latina em sintonia com este processo, de modo a proporcionar condições que assegurem as ações e a fluidez do capital, sobretudo das grandes empresas. Neste contexto, merece certa atenção a revalorização adquirida pelas grandes aglomerações urbanas na América Latina, cujas conformações se identificam com a complexidade metropolitana de Los Angeles, nos Estados Unidos. Daí, Beatriz Sarlo (1994 *apud* MATTOS, 2005, p.351) se referir a essa dinâmica no subcontinente como “angelinização”.

Dessa forma, a aglomeração emergente representa um tipo diferente de configuração urbana, que passa a ser muito mais complexa e muito mais difícil de identificar e delimitar do que o tipo de cidade que a precedeu. Assim é que a imagem da mancha de óleo perde pertinência para descrever o fenômeno urbano, ao passo que a imagem de um arquipélago urbano parece ser mais adequada. (MATTOS, 2005, p.351).

A nova disposição territorial das grandes aglomerações urbanas se firma, portanto, como uma tendência da crise/reestruturação que marca a globalização atual, que se difunde em escala mundial, com fortes impactos e mudanças na base de suas economias, trazendo constrangimentos diversos à reprodução social. Genericamente falando, esta passa a se objetivar por novas formas de gestão e

controle sobre a acumulação na sua interface com a economia mundial, bem como pela expansão de atividades do setor terciário avançado (finanças, educação, ciência e tecnologia etc.), por um maior dinamismo de atividades industriais novas e, finalmente, pela maior atratividade para produtos globais (MATTOS, 2005, p.345-6). Estas atividades tendem a se localizar, sobretudo, nas grandes aglomerações metropolitanas, à medida que dispõem de condições infraestruturais técnicas e sociais imprescindíveis à sua melhor operacionalização, apresentando-se como o seu principal atrativo. Entre elas, podem-se destacar a existência de sistemas de comunicações mais eficientes, diversidade hierárquica de atividades e funções, ambiente dotado de maior capacidade de formação profissional, maior oferta de serviços avançados especializados, estrutura produtiva diversificada e uma maior expressividade de mercado dentro dos territórios nacionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de poder sob a crise se redimensionam, tornando-se mais conflituosas e tensas, tensão que se amolda aos lugares ainda mais desiguais sob a lógica e os impactos da própria crise, submetendo a vida tanto nas cidades como nos espaços rurais, que cada vez mais se redefinem pelos influxos da urbanização extensiva.

Sob a proeminência da lógica da mercadoria e da imposição do valor de troca, a crise atual coloca-nos diante da possibilidade e da necessidade de forjar outros caminhos e estratégias que estejam mais sintonizadas com uma transformação social de fundo, com mudanças socialmente desejadas, sob a perspectiva de um efetivo desenvolvimento social, que não logrará êxito sem a concomitância da transformação espacial. Nesse sentido, ousamos dizer que o espaço só será aceitável quando for produzido pelos próprios interessados, perspectiva que valoriza a autonomia e a autogestão e, nesse sentido, a necessidade de uma democracia mais avançada, na qual as pessoas possam ter maior controle e participação sobre políticas e ações que mais diretamente afetam suas vidas e sua existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- JAMARILLO, Samuel; MAURÍCIO CUERVO, Luis. Tendências recentes e principais mudanças na estrutura espacial dos países latino-americanos. In: VALLADARES, Lícia; PRETECEILLE, Edmond (coord.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. Rio de Janeiro: Nobel/Iuperj, 1990. p.103-119.
- LEFEBVRE, Henri. *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- MATTOS, Carlos A. de. Crescimento metropolitano na América Latina: Los Angeles como referência? In: DINIZ, Célio C.; LEMOS, Mauro B. (orgs.) *Economia e Território*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 341-364.
- SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.